

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO - 6\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativo a anúncios, a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 2\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não tenham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	150\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO, por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depósitos da data fixada terão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos de verão conter a assinatura do chefe, sustentada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Portaria n.º 18/76:

Delega no Director Nacional de Finanças a resolução de determinados assuntos.

Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública.

Ministério da Defesa e Segurança Nacional:

Polícia de Ordem Pública.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos.

Direcção Nacional de Educação.

Ministério de Saúde e Assuntos Sociais:

Direcção Nacional de Saúde.

Banco de Cabo Verde:

Inspeção do Comércio anárrio.

Contas e balancetes diversos.

Avisos e anúncios oficiais.

NOTA: — No dia 9 do corrente foi publicado um Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 22/76, com o seguinte sumário:

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto-Lei n.º 60/76:

Define os mecanismos e os critérios relativos à utilização racional da ajuda em géneros alimentícios posta à disposição do Povo Caboverdiano pelos diferentes Governos, Agências Especializadas da ONU e organizações humanitárias.

Decreto n.º 61/76:

Aprova o Regulamento do Imposto do Desenvolvimento Local.

Decreto n.º 62/76:

Altera para técnico chefe de equipamento e oficinas a designação do lugar de encarregado geral das oficinas.

Decreto n.º 63/76:

Dá nova constituição ao quadro do pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas.

Decreto n.º 64/76:

Dota o Ministério de Saúde e Assuntos Sociais com o pessoal necessário ao seu normal funcionamento.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Despacho:

Nomeando os membros suplentes do Conselho Deliberativo do Sal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Portaria n.º 18/76

de 12 de Junho

Nos termos da Decisão com Força de Lei n.º 1/75, de 5 de Julho, manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro das Finanças:

Artigo 1.º — 1. É delegada no Director Nacional de Finanças a competência para:

- Conceder licenças disciplinares para serem gozadas dentro do Estado, bem como autorizar o gozo das mesmas;
- Autorizar a deslocação de funcionários, em objecto de serviço dentro do Estado, devendo ser enviados mensalmente à respectiva Repartição de Gabinete mapas donde constem as autorizações concedidas;
- Conferir posse aos funcionários dos quadros, concedendo-lhes prorrogação de prazo para este acto, e bem assim assinar o diploma de provimento;
- Autorizar, tratando-se de motivos ponderosos de carácter particular, a deslocação do pessoal dos quadros, até 8 dias, dentro do Estado, mas sem qualquer dispêndio para o Orçamento Geral, sendo as faltas descontadas na licença disciplinar a conceder no ano seguinte;

- e) Autorizar despesas variáveis, até ao limite de 5 000\$, a pagar pelas verbas inscritas no Orçamento dos diferentes Ministérios;
- f) Autorizar as despesas de exercícios findos;
- g) Autorizar despesas resultantes de deslocação para o exterior por motivo de serviço público e a subsequente compra de moeda estrangeira, nos termos da alínea b) do artigo 4.º do Decreto n.º 19/76, de 28 de Fevereiro;
- h) Autorizar o pagamento de vencimentos e outros abonos que forem devidos em caso de falecimento de funcionários e agentes, mediante requerimento dos respectivos herdeiros;
- i) Autorizar o pagamento de vencimentos na hipótese da alínea p) do artigo 246.º do Regulamento Geral de Fazenda em vigor;
- j) Determinar a reposição de abonos que porventura tenham sido recebidos ilegalmente;
- k) Autorizar o pagamento integral ou em prestações das quotas em atraso para compensação de aposentação;
- l) Autorizar o levantamento de depósitos, em dinheiro e em letras de caução de exactores, efectuados à ordem do Estado, e bem assim assinar os respectivos cheques e precatórios;
- m) Autorizar a restituição de rendimentos indevidamente cobrados;
- n) Autorizar a restituição de documentos permitida por lei;
- o) Autorizar a passagem das certidões que forem requeridas, inclusivamente de documentos confidenciais quando referentes à qualificação do juízo opinativo;
- p) Autorizar abates e aumentos de artigos à carga das Repartições Públicas;
- q) Aceitar garantias bancárias;
- r) Decidir sobre assuntos correntes de administração.

Art. 2.º As delegações enunciadas não prejudicam o direito de avocação, como poder de definir orientações gerais e emitir instruções de serviços, e não se aplicam nos casos em que haja lugar ao indeferimento.

Art. 3.º Os poderes constantes da presente portaria, e delegados no Director Nacional de Finanças, poderão por este ser atribuídos aos Directores-Gerais, com o acordo do Ministro das Finanças.

Art. 5.º A entidade delegada deverá mencionar essa qualidade nos actos que pratique no uso da delegação, mediante a expressão «Por delegação do Ministro das Finanças».

Ministério das Finanças, 12 de Maio de 1976. — O Ministro, *Amaro Alexandre da Luz*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

Despachos do Camarada Primeiro-Ministro:

De 31 de Dezembro de 1975:

Maria Augusta Gomes Barbosa — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo para, **interinamente**, exercer o cargo de aspirante, da Direcção Nacional das Obras Públicas.

Maria Emília Pina Araújo — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo para, **interinamente**, exercer o cargo de aspirante, da Direcção Nacional das Obras Públicas.

Têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 8.º, do orçamento do Ministério das Obras Públicas.

De 22 de Março de 1976:

Filinto Vaz Rodrigues, ex-adjunto de administrador de posto — mandado reingressar, de harmonia com o n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 173/74, na Direcção Nacional da Administração Interna, como 3.º oficial provisório.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 17.º do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 5 de Junho do corrente ano).

De 4 de Maio:

Vital Ledo de Pina, ex-amanuense — contratado para exercer o cargo de escriturário de 2.ª classe da Direcção Nacional de Informação. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 4 de Junho do corrente ano).

De 7:

Licenciado em Direito, Eduardo Alberto Gomes Rodrigues — exonerado do cargo de vogal da Comissão Coordenadora da Disciplina na Função Pública, em virtude de ter sido nomeado, **interinamente**, Juiz de Direito do Tribunal Regional de Sotavento.

Licenciado em Direito, Belmiro Monteiro Gil, Procurador da República, **interino**, da Região de Sotavento — nomeado vogal da Comissão Coordenadora da Disciplina na Função Pública, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 3/76.

De 17:

Designa para constituição dos júris de apreciação dos documentos e elaboração dos pontos para os diversos concursos da Direcção Nacional de Correios e Telecomunicações, publicados no *Boletim Oficial* n.º 2/76, de 10 de Janeiro último, os seguintes agentes, por parte dos CTT:

a) Para terceiro-oficial de exploração:

Na cidade da Praia:

Hilário da Silva Sousa Brito, director de 3.ª classe do quadro técnico;

Armindo da Luz Monteiro, chefe de serviço de exploração de 3.ª classe;

Elmira B. Fernandes Brito Almeida, 1.º oficial de exploração.

b) Para distribuidor-carteiro de 2.ª classe:

Na cidade da Praia:

Hilário da Silva Sousa Brito, director de 3.ª classe do quadro técnico;

António Barbosa Vicente, 1.º oficial de exploração;

Elmira B. Fernandes Brito Almeida, 1.º oficial de exploração.

c) Para operador de 2.ª classe de telex:

Na cidade da Praia:

Octávio do Quental Barbosa Vicente, chefe de serviço técnico de 1.ª classe;

Armindo da Luz Monteiro, chefe de serviço de exploração de 3.ª classe;

Maria da Conceição Semedo, 2.º oficial de exploração.

d) Para ajudante administrativo de 1.ª classe:

Na cidade da Praia:

Hilário da Silva Sousa Brito, director de 3.ª classe do quadro técnico;

João de Deus Dias da Fonseca, chefe de serviço administrativo de 3.ª classe, **interino**;

Maria da Graça H. Barreto Sousa, 2.º oficial administrativo.

e) Para dactilógrafo de 3.ª classe:

Na cidade da Praia:

Octávio do Quental Barbosa Vicente, chefe do serviço técnico de 1.ª classe;

Armindo da Luz Monteiro, chefe de serviço de exploração de 3.ª classe;

Edna Maria Rocha de Carvalho, dactilógrafa de 2.ª classe.

j) Na cidade do Mindelo o júri funcionará apenas para a fiscalização das provas e será constituído, em relação a todos os concursos, pelos seguintes agentes, por parte dos CTT:

Eugénio César Almeida Morais, chefe de serviço técnico de 2.ª classe;

António Silvestre Além, 1.º oficial de exploração.

g) Os júris farão parte os seguintes agentes desta Direcção Nacional, na qualidade de delegados da mesma:

Na cidade da Praia:

Raúl Vera Cruz Barbosa, chefe de secção.

Na cidade do Mindelo:

José Jorge Lisboa da Costa Santos, chefe de secção.

De 31:

José Rui Vígano Antunes Correia Pinto, técnico de colocação, provisório, da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública — exonerado a seu pedido do referido cargo, a partir da data em que tomar posse do lugar de Caixa do Banco de Cabo Verde.

De 7 de Junho:

Maria Fernanda Garcia Lopes, escriturária de 2.ª classe da Direcção Nacional da Administração Interna, em serviço no Secretariado Administrativo do concelho da Brava — concedida, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 414/74, de 26 de Agosto, licença sem vencimentos pelo período de 1 ano, a partir de 20 de Junho do ano em curso.

Despacho do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros:

De 22 de Abril de 1976:

Ana da Conceição Ramos Santos Silva — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo para, interinamente, exercer o cargo de 1.º oficial da Direcção-Geral de Emigração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 13.º do orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 5 de Junho do corrente ano).

Despacho do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 7 de Maio de 1976:

Carlos Alberto Ramos Andrade, 1.º oficial das F.A.R.P. — nomeado, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Inspector da Polícia da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 29.º do Orçamento do Ministério da Defesa e Segurança Nacional. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 5 de Junho do ano em curso).

Despacho do camarada Ministro de Economia:

De 28 de Maio de 1976:

Filipe Varela Tavares — exonerado, a seu pedido, do cargo de aspirante da Empresa Pública de Abastecimento, nos termos do n.º 2, do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 4/75, com efeito a partir de 30 de Abril do corrente ano.

Despacho do camarada Ministro da Justiça:

De 16 de Janeiro de 1976:

Victor Manuel Pereira de Barros — assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer o cargo de servente da Conservatória dos Registos da Região de Sotavento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no orçamento do Ministério da Justiça. — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 29 de Maio de 1976).

De 22 de Março:

António Maria Gomes da Mota, oficial de diligências definitivo, do Tribunal Judicial da Região de Sotavento — nomeado, mediante concurso de provas práticas, ajudante de Escrivão de Direito do 2.º Cartório do Tribunal Judicial de Sotavento, com efeito a partir de 29 de Abril do corrente ano.

Euclides Mendes Araújo, dactilógrafo, contratado, da Procuradoria da República da Região de Sotavento — nomeado, mediante concurso de provas práticas, ajudante de Escrivão de Direito, provisório, da Procuradoria da República da Região de Sotavento, com efeito a partir de 29 de Abril do ano em curso.

Joaquim Rodrigues, dactilógrafo, contratado, do 1.º Cartório do Tribunal Judicial da Região de Sotavento — nomeado, mediante concurso de provas práticas, ajudante de Escrivão de Direito, provisório, do 1.º Cartório da Região de Sotavento, com efeito a partir de 29 de Abril do ano em curso.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 4.º, artigo 20.º do Orçamento vigente do Ministério da Justiça. — (Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 27 de Maio de 1975).

De 1 de Abril:

Adelaide Silva — nomeada, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo para, interinamente, exercer as funções de aspirante, do Conselho Nacional de Justiça, com efeito retroactivo à data de 1 de Abril do corrente ano. — Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Junho de 1976).

De 29:

Adalberto Gonçalves da Silva Monteiro, oficial de diligências, definitivo, do Tribunal Judicial da Região de Sotavento e candidato classificado no concurso de ajudante de escrivão de Direito — nomeado, escrivão-contador do Tribunal Sub-Regional de Santa Cruz, com efeito retroactivo a 29 de Abril de 1976.

Ildo Lopes Cabral, oficial de diligências, provisório, do 1.º Cartório do Tribunal Judicial da Região de Sotavento — nomeado, definitivamente, oficial de diligências do Tribunal Judicial da Região de Sotavento do 1.º Cartório.

Domingos Lopes Pereira, oficial de diligências, provisório, do Tribunal Judicial da Região de Sotavento e candidato classificado no concurso de ajudante de escrivão de Direito — nomeado, escrivão-contador do Tribunal Sub-Regional de Santa Catarina, com efeito a partir de 29 de Abril do corrente ano.

Manuel Quintino da Luz — nomeado para, interinamente, exercer o cargo de carcereiro da Cadeia Civil de Barlavento, com efeitos a partir de 18 de Junho de 1975.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 33.º do orçamento vigente do Ministério da Justiça.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 27 de Maio de 1976).

De 30:

Fernando Jorge Andrade Cardoso — nomeado, nos termos do artigo 63.º do Estatuto do Funcionalismo Para, interinamente, exercer as funções de dactilógrafo do 2.º Cartório do Tribunal Judicial da Região de Sotavento, com efeito retroactivo à data de 30 de Abril do corrente ano, — (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Junho de 1976).

Despachos do Camarada Director Nacional de Saúde, por delegação do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais.

De 6 de Junho de 1976:

António Salomão Mascarenhas, desenhador de 1.ª classe, da Direcção Nacional de Agricultura, Florestas e Pecuária — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde, emitido em sessão de 13 de Maio de 1976:

«O examinado deve ser evacuado para o exterior a fim de ser presente a uma consulta de Oftalmologia».

De 7:

Eugénio de Carvalho, agente de 2.ª classe n.º 139/379, da Direcção Nacional de Segurança e Ordem Pública (P.O.P.) — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde, emitido em sessão de 3 de Junho de 1976:

«O examinado encontra-se apto para retomar o seu serviço; deve ser distribuído para serviços moderados e diurnos».

Eunice Virgínia Ortet de Barros Monteiro Baptista, 3.º oficial do Centro de Documentação e Informação do Ministério de Economia — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde, emitido em sessão de 3 de Junho de 1976:

«A examinada encontra-se apta para retomar o seu serviço».

Aracy de Almeida Aguiar Marçal, esposa do director administrativo das Obras Públicas Tomaz Cecília Marçal — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde, emitido em sessão de 3 de Junho de 1976:

«A examinada deve ser evacuada para o exterior a fim de ser presente a uma consulta de especialidade de nefrologia e urologia».

Lista de classificação do concurso documental para o preenchimento de uma vaga de técnico de colocação da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 13, de 27 de Março do corrente ano, homologada por despacho do Camarada Primeiro Ministro de 7 de Junho corrente.

- 1.º ~~Marino Vieira de Andrade.~~
- 2.º Marçal Domingos Furtado.
- 3.º Maria do Livramento Miranda Lomba de Pina.
- 4.º Manuel Filipe Soares.
- 5.º Boaventura José dos Santos.
- 6.º Eloísa Helena Monteiro Macedo.
- 7.º Rísete Severina Évora Lopes.

Excluídos:

- 1.º João Pinto Gomes a).
- 2.º Luís Manuel Carvalho Semeado a).
- 3.º Daniel Estanislau Lopes da Silva Mariano b).

a) Por não terem apresentado o certificado de habilitações literárias

b) Por já ter ultrapassado o limite de idade fixado no Estatuto do Funcionalismo, para ingresso na função pública.

Lista de classificação do concurso documental para o preenchimento de três vagas de fiscais do trabalho da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 13, de 27 de

Março do corrente ano, homologada por despacho do Camarada Primeiro Ministro de 7 do mês de Junho corrente:

- 1.º Manuel Filipe Soares.
- 2.º Maria do Livramento Miranda Lomba de Pina.
- 3.º Rísete Severina Évora Lopes.

Excluídos João Pinto Gomes e Luís Manuel Carvalho Semeado por não terem apresentado o certificado de habilitações literárias.

(Visados pelo Conselho Nacional de Justiça em 2 de Junho de 1975).

Por terem saído inexactos no *Boletim Oficial* n.º 23/76, novamente se publicam:

Despachos do Camarada Ministro das Finanças:

De 13 de Novembro de 1975:

João Santiago Delgado, contínuo, contratado, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo — concedida diuturnidade de 10%, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de Novembro de 1975 inclusive.

De 24 de Fevereiro de 1976:

Armando Sanches Cardoso, contínuo, contratado, do Liceu «Domingos Ramos» — concedida, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, a segunda diuturnidade correspondente a 20% do respectivo vencimento, a partir de Outubro de 1975.

De 12 de Março:

Maria do Livramento Duarte Lopes, professora do quadro do ensino primário elementar — incluída na categoria correspondente a letra «N» do § 1.º do artigo 91.º do Estatuto do Funcionalismo, de acordo com o artigo 4.º do Decreto n.º 44 777, de 7 de Dezembro de 1962, nova redacção dada pelo artigo 18.º do Decreto n.º 45 235, de 7 de Setembro de 1963, com efeitos a partir de Dezembro de 1975.

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que o contrato de Pedro Andrade Alves Júnior, no cargo de chefe de secretaria da Direcção Nacional de Informação, publicado no *Boletim Oficial* n.º 23/76, tem efeito retroactivo a partir de 27 de Janeiro do corrente ano, inclusive.

Para os devidos efeitos se comunica que os despachos nomeando Alcides Eurico Lopes de Barros em comissão de serviço no cargo de chefe de Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Arlindo Horácio Gomes, no cargo de secretário da Embaixada do mesmo Ministério, publicados no *Boletim Oficial* n.º 23/76, têm efeitos retroactivos a partir de 1 de Abril do ano em curso.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na Praia, 11 de Junho de 1976. — O Director Nacional, João de Deus Maximiano.

oço

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

Direcção Nacional de Segurança

Polícia de Ordem Pública

Despacho do camarada Director Nacional de Segurança e Ordem Pública, por delegação do camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional: De 4 de Junho de 1976:

Eugénio de Carvalho, agente de 2.ª classe n.ºs 139/379, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — transferido, por conveniência de serviço, do posto policial

do Maio para o Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de S. Tiago — Esquadra da Praia.

Bernardino Lopes Almeida Júnior, agente de 2.ª classe n.ºs 291/654, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — transferido, por conveniência de serviço do posto policial do Maio para o Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de S. Tiago — Esquadra da Praia.

António Pedro Silva Correia Moreira, agente de 2.ª classe n.ºs 300/663, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — transferido, por conveniência de serviço, do posto policial do Maio para o Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de S. Tiago — Esquadra da Praia.

Comando da Polícia de Ordem Pública, na Praia, 4 de Junho de 1976. — Pelo comandante, *Miranda Alfama*, Inspector da Polícia.

—o8o—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Direcção Nacional de Educação

Despachos do Camarada Ministro da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

De 12 de Abril de 1976:

Amílcar Gonçalves de Melo — exonerado, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Abril, das funções de professor de serviço eventual da Escola Industrial e Comercial do Mindelo.

De 27:

Concelho de Ribeira Grande:

1. Fernando Pedro Maurício, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 135/B de Ribeira de Duque — exonerado, a seu pedido, das referidas funções, a partir de 9 de Março de 1976.

De 19 de Maio:

Concelho de S. Vicente:

1. Maria Antónia Évora Barros, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 129/B de Ribeira de Craquinha — exonerada, a seu pedido, das referidas funções.
2. Inês Sebastiana Fortes, monitora escolar, com colocação no Posto Escolar n.º 2/B de Salamansa — dispensada, a seu pedido, das referidas funções, a partir do dia 1 de Março, inclusive.

Concelho de Ribeira Grande:

1. Maria do Rosário Gomes, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 53/B de Coculi — exonerada, a seu pedido, das referidas funções.

Concelho da Boa Vista:

1. Vitorina Ramos Pinto, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 67/B de Estância de Baixo — autorizada a não iniciar funções.

De 21:

Concelho da Praia:

1. Crisântemo Semedo de Freitas Abreu, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 23/B do Eito, do concelho do Paúl — transferido, por conveniência de serviço para a Escola Primária n.º 8 de Achadinha.

Concelho de S. Vicente:

1. Isaura Lopes Brito Lima, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 51/B do Mindelo, com efeitos a partir de 24 de Maio.

Concelho de Paúl:

1. Maria do Rosário Lopes, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 137/B de Santa Isabel, com efeitos a partir de 14 de Abril.
2. Ana Francisca Barbosa, professora de ensino primário elementar, de serviço eventual, com colocação na Escola Primária n.º 8 de Achadinha do concelho da Praia — transferida, por conveniência de serviço, para a Escola Primária n.º 4/B de Vila das Pombas;

Concelho de Porto Novo:

1. Francisco de Assis Fonseca, candidato inscrito — readmitido como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 132/B de Mato Estreito, com efeitos a partir da data em que iniciar funções.

Concelho de S. Nicolau:

1. Agnês Guadalupe Cândido Ferreira Brito, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 37/B de Ribeira da Prata, com efeitos a partir de 23 de Março.
2. Renel Levy, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 91/B do Palhal, com efeitos a partir da data em que iniciou funções.

Concelho da Praia:

1. Maria da Conceição Fonseca de Vasconcelos, professora do ensino primário, de serviço eventual, com colocação na Escola Primária n.º 3, da Vila do Tarrafal — transferida, a seu pedido, para o Posto Escolar n.º 90, de Milho Branco;
2. Lucindo Teixeira, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 220, de Mato Correia, do concelho do Tarrafal — transferido, a seu pedido, para o Posto Escolar n.º 189, da Praia;
3. Marcelina de Pina Rosa Tavares, candidata inscrita — reva-lidada a nomeação como professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 137, da Achadinha.

Concelho de Santa Catarina:

1. Aline de Pina Barros, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 243, de Chã Grande — exonerada, a seu pedido, das referidas funções;
2. Maria Geraldina Gomes Mendes Teixeira, candidata inscrita — nomeada, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 243, de Chã Grande;
3. João da Luz Andrade, monitor escolar, com colocação no Posto Escolar n.º 168, de Sedeguma — dispensado, a seu pedido, das referidas funções, com efeitos a partir de 6 de Maio de 1976;

4. Marina de Jesus dos Santos Barros, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 168, de Sedeguma;
5. Maria Landim Pereira, monitora de escolar, com colocação no Posto Escolar Paroquial, de Liberão — dispensada a seu pedido, das referidas funções, com efeitos a partir de 18 de Maio de 1976;
6. Alcinda Silvestre Duarte Gamboa, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 196, de Boa Entrada;
7. Ivo Pereira, candidato inscrito — readmitido como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 104, de Saltos Acima.

Concelho do Tarrafal:

1. Germano Borges Tavares, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola Primária n.º 3, da Vila do Tarrafal;
2. António Dias Léger, candidato inscrito — nomeado professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 220, de Mato Correia.

Concelho de Santa Cruz:

1. Isidoro Gomes Rodrigues Tavares, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação na Escola Primária n.º 13, dos Órgãos — exonerado, a seu pedido, das referidas funções;

Maria José Garcia Andrade, professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 19, de Mercado dos Órgãos — mandada leccionar, por conveniência de serviço na Escola Primária n.º 13, dos Órgãos;

3. Agnelo Alberto Araújo, professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 180, de Serelho — exonerado, a seu pedido, das referidas funções, com efeitos a partir da data em que tomar posse como ajudante de carcereiro da Cadeia Civil Regional de Setavento;

4. Romana Tavares Monteiro, candidata inscrita — nomeada professora de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 180, de Serelho.

Concelho do Maio:

1. Ilídio Filomeno Évora Santos, candidato inscrito — revalidada a nomeação como professor de posto escolar, de serviço eventual, com colocação no Posto Escolar n.º 134, de Figueiras.

Direcção Nacional de Educação, na Praia, 26 de Maio de 1976. — O Chefe do Departamento, *Pedro Nascimento Gomes*.

—o—

MINISTÉRIO DE SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

Direcção Nacional de Saúde

Despacho do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 8 de Junho de 1976:

António Ramos Vicente, enfermeiro de 2.ª classe, actualmente prestando serviço no Hospital da Praia — transferido, por conveniência de serviço, para o Posto Sanitário de Órgãos.

Mário Júlio de Sousa, enfermeiro de 1.ª classe, em serviço no Posto Sanitário de Órgãos — transferido, por conveniência de serviço, para o Posto Sanitário de Chã de Igreja em Santo Antão.

Vasco José Pedro Paz Monteiro, enfermeiro de 2.ª classe, actualmente em serviço no Hospital de Ribeira Grande — transferido, por conveniência de serviço, para a Delegacia de Saúde do Paúl.

Maria de Fátima Correia Sanches Cardoso Monteiro, enfermeira de 2.ª classe, actualmente em serviço no Hospital de Ribeira Grande — transferida, por conveniência de serviço, para a Delegacia de Saúde do Paúl.

Lídia Miranda Silveira Pires, enfermeira de 2.ª classe, actualmente em serviço na Delegacia de Saúde do Paúl — transferida, por conveniência de serviço, para o Hospital de Ribeira Grande.

Direcção Nacional de Saúde, na Praia, 8 de Junho de 1976. — O Director Nacional de Saúde, *João de Deus Lisboa Ramos*, médico de 1.ª classe.

—o—

BANCO DE CABO VERDE

Inspeção do Comércio Bancário

Despacho do Camarada Ministro das Finanças;

De 29 de Dezembro de 1975:

Maria de Jesus Barbosa Lima, escriturária-dactilógrafa, de 3.ª, contratada, da Inspeção do Comércio Bancário — exonerada, a seu pedido, a partir de 15 de Setembro de 1975, data em que tomou posse do cargo de secretária do Ministro das Finanças de Cabo Verde.

Inspeção do Comércio Bancário, na Praia, 5 de Junho de 1976. — O Inspector, substituto legal, *António Hilário Cruz*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional da Administração Interna

Secretariado Administrativo da Praia

EDITAL N.º 37/76

Alexandre Ramos de Pina, Delegado da Administração Interna do concelho da Praia.

Tendo Maria Silva Dono, viúva, doméstica, natural da ilha do Maio e residente na Achadinha, subúrbio desta cidade, requerido a concessão dos lotes de terreno números 11 e 12 do plano urbanizado, com a área total de 228 metros quadrados, situados no Bairro Kwame N'Krumah, são convidados os indivíduos que tiverem qualquer reclamação a opôr à concessão requerida a fazê-la perante este Secretariado no prazo de quarenta dias a contar da publicação deste edital no *Boletim Oficial* desta República.

A venda dos dois lotes em questão será feita em hasta pública à porta deste Secretariado no dia 29 de Julho, pelas 15,30 horas.

E para constar se fez este e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

Secretariado Administrativo da Praia, 10 de Junho de 1976. — O Delegado da Administração Interna, *Alexandre Ramos de Pina*.

(55)